

**ACORDO SOBRE TRANSPORTES MARÍTIMOS ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
SOCIALISTA DO VIETNÃ**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Socialista do Vietnã
(doravante denominadas as “Partes”),

Desejando intensificar as relações de amizade entre os dois países,

Reconhecendo o desejo mútuo de fortalecer e estender a cooperação no campo do transporte marítimo com base nos princípios de igual acesso e benefício mútuo,

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Definições

Para efeito deste Acordo:

1. A expressão “navio de uma Parte” significa:
 - a) Qualquer navio mercante registrado para arvorar a bandeira nacional de cada Parte, em conformidade com suas leis e regulamentos.
 - b) Qualquer navio mercante registrado para arvorar bandeira nacional de um terceiro país que seja operado ou afretado por uma empresa de navegação de cada Parte.
2. A expressão “navio de uma Parte” não inclui:
 - a) Navios de guerra (conforme definido no Artigo 29 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982);
 - b) Outros navios quando em serviço exclusivo das Forças Armadas;
 - c) Embarcações públicas e quaisquer embarcações utilizadas para fins não comerciais.

- d) Navios hidrográficos, oceanográficos e de pesquisa científica;
- e) Embarcações de pesca;
- f) Embarcações de recreio;
- g) Embarcações empregadas na praticagem, reboque ou resgate marítimo; e
- h) Embarcações com propulsão nuclear.

3. A expressão “navio afretado” refere-se a qualquer navio, registrado em um terceiro país, de acordo com a legislação desse país, arvorando a bandeira desse país ou a bandeira de uma das Partes e operado por uma pessoa física ou jurídica de uma das Partes, de acordo com a legislação dessa Parte.

4. A expressão “membro da tripulação” corresponde ao comandante e a qualquer pessoa incluída na Lista de Pessoal Embarcado e que esteja de posse de documento de identificação válido, conforme expresso no Artigo 4 deste Acordo, que preste serviços abordo do navio relacionados a sua operação e manutenção durante a viagem.

5. O termo “passageiro” refere-se à pessoa transportada por um navio de uma das Partes sob um contrato de transporte e cujo nome esteja incluído na lista de passageiros do navio.

6. A expressão “porto de uma Parte” refere-se a qualquer porto marítimo no território de uma Parte que seja declarado como aberto e aprovado ao transporte internacional por aquela Parte, de acordo com a legislação dessa Parte.

7. A expressão “empresa de navegação” de uma Parte refere-se a qualquer empresa que cumpra as seguintes condições:

- a) Ter sido constituída de acordo com as leis de uma das Partes, com sede nessa Parte e que tenha por objeto o transporte marítimo internacional;
- b) Efetuar transporte marítimo internacional por meio de embarcações próprias ou por ela operadas.

8. Para efeito do presente Acordo, as autoridades do transporte marítimo competentes são:

- a) Pelo Governo da República Socialista do Vietnã, o Ministério dos Transportes ou qualquer outro órgão que a República Socialista do Vietnã venha a designar;
- b) Pelo Governo da República Federativa do Brasil, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Artigo 2

Direitos dos navios de cada parte

1. O transporte marítimo das mercadorias objeto do intercâmbio entre ambas as Partes efetuar-se-á, preferencialmente, nos navios mercantes operados por empresas de transporte marítimo das Partes.

2. Tal preferência aplicar-se-á de modo que não resulte em encarecimento das tarifas de fretes nem demora no transporte das cargas, com finalidade de não afetar o intercâmbio comercial entre ambos os países.

3. As disposições deste Acordo não criam impedimento ao direito de que navios de bandeira de terceiros países efetuem transporte de mercadorias entre os portos das duas Partes.

4. As embarcações de cada Parte têm o direito de transportar cargas entre os portos marítimos das duas Partes que estejam abertos à navegação mercante internacional.

5. As disposições deste Acordo não se aplicarão às atividades que, de acordo com a legislação de cada Parte, estejam reservadas às suas próprias empresas.

6. As embarcações de cada Parte têm o direito de utilizar os portos da outra Parte, respeitados os requisitos locais de notificação antecipada às devidas autoridades e as leis e regulamentos daquela Parte. As disposições do presente Acordo relacionadas ao acesso portuário não afetam os direitos das autoridades locais quanto à aplicação de medidas necessárias para a segurança nacional, proteção, ou interesses ambientais.

7. Cada Parte concederá a navios da outra Parte, em seus portos e águas territoriais, tratamento não menos favorável do aquele concedido aos navios nacionais empregados em transportes internacionais, no tocante ao acesso aos portos; à utilização dos portos para carga e descarga; à utilização dos serviços relacionados com a navegação e às operações comerciais ordinárias dela decorrentes, sem prejuízos dos direitos soberanos de cada país de delimitar certas zonas por razões de segurança nacional.

Em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis de cada Parte, as Partes reservam-se o direito de negar o ingresso, em seus territórios, de qualquer cidadão, mesmo que possuidor dos documentos anteriormente mencionados, caso o julgue indesejável.

8. As disposições contidas no parágrafo 7 do presente Artigo não se aplicarão:

- a) a portos não abertos a navios estrangeiros;
- b) a atividades que, de acordo com a legislação de cada país, sejam reservadas às suas próprias empresas, companhias, cidadãos, incluindo, em particular, o comércio de cabotagem, salvatagem, reboque e outros serviços portuários;
- c) a regulamentos de praticagem obrigatórios para navios estrangeiros;
- d) a regulamentos da cobrança da Tarifa de Utilização de Faróis;
- e) a regulamentos referentes à admissão e estada de cidadãos estrangeiros no território de cada uma das Partes.

Artigo 3

Documentação dos navios

1. Os certificados de nacionalidade e arqueação de navios, expedidos por uma das Partes, bem como demais certificados previstos nas Convenções Internacionais da Organização Marítima Internacional, serão reconhecidos pela outra Parte com base em leis e regulamentos nacionais e convenções internacionais relevantes de que essa Parte seja membro.
2. Os navios de cada Parte, providos de Certificado Internacional de Arqueação devidamente expedidos de acordo com a Convenção Internacional sobre Arqueação de Navios, de 1969, serão dispensados de uma nova medição nos portos da outra Parte. No entanto, caso alguma das Partes tenha motivos sérios para duvidar da veracidade do Certificado Internacional de Arqueação, a Parte deverá informar o país cuja bandeira o navio arvora.

Artigo 4

Certificados de competência e documentos de identidade dos membros da tripulação

1. Cada Parte reconhecerá os certificados de competência dos tripulantes emitidos pelas autoridades competentes da outra Parte observando a Convenção Internacional sobre Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STCW 1978, emendada em 2010).
2. Cada Parte reconhecerá os documentos de identidade dos tripulantes emitidos pelas autoridades competentes da outra Parte. Os citados documentos de identidade serão:
 - a) No que concerne à República Socialista do Vietnã: "Seaman Passport", "Seaman's Book" e/ou passaporte; e.
 - b) No que concerne à República Federativa do Brasil: "Caderneta de Inscrição e Registro", emitida pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, e/ou passaporte.

Artigo 5

Imigração e alfândega

1. As leis e regulamentos de uma Parte relacionados à entrada, saída, matéria aduaneira, segurança de navios, imigração, passaportes, quarentena, e, no caso de carga postal, regulamentação postal, deverão ser aplicados aos navios da outra Parte, bem como aos passageiros, tripulação, e carga a bordo desses navios que estejam entrando ou saindo do território da primeira Parte.
2. As Partes tomarão, nos limites da legislação e dos regulamentos de cada Parte, todas as medidas necessárias para facilitar e incrementar os transportes marítimos, para impedir demoras desnecessárias dos navios e para acelerar e simplificar, tanto quanto possível, o cumprimento de formalidades aduaneiras e outras em vigor nos portos.
3. Os membros da tripulação dos navios das Partes que precisarem receber assistência médica poderão entrar e permanecer no território da outra Parte pelo tempo considerado aceitável pelas autoridades competentes da outra Parte para o tratamento médico imediato, desde que essa entrada e tempo de permanência estejam em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Artigo 6

Assistência a navios em perigo

1. Se um navio de uma Parte naufragar, encalhar, der à praia ou sofrer qualquer outra avaria nas águas interiores ou no mar territorial da outra Parte, ao comandante, à tripulação e aos passageiros, bem como ao próprio navio e sua carga, serão dispensados, em qualquer tempo, a mesma ajuda e assistência que seriam assegurados a navios da outra Parte.
2. A Parte em cujo mar territorial ou águas interiores tenha ocorrido o acidente deverá tomar as medidas necessárias, incluindo as previstas em instrumentos aplicáveis da Organização Marítima Internacional, para conduzir uma investigação do acidente. As Partes acordam em cooperar na condução da investigação e em permitir, observadas as leis nacionais relevantes, a participação de representantes de cada Parte nas investigações. A Parte conduzindo a investigação deverá informar prontamente a outra Parte do seu resultado.
3. A carga e os bens descarregados ou salvos por uma Parte de um navio de outra Parte em dificuldade não estarão sujeitos à incidência de direitos aduaneiros e demais tributos incidentes na importação, desde que tal carga e tais bens não sejam destinados ao consumo ou uso no território da primeira Parte.
4. Todos os custos e encargos relacionados ao socorro ou salvamento de uma embarcação deverão ser aplicados de acordo com as leis e regulamentos de cada Parte.

Artigo 7

Consultas

1. Será constituída uma Comissão Marítima Mista, composta de representantes designados pelas Partes, com o objetivo de promover a cooperação entre as Partes, no campo da navegação mercante e reforçar a implementação do Acordo por meio de recomendações às Partes.
2. A Comissão Marítima Mista deverá tratar de assuntos de comum interesse relacionados à interpretação e à implementação deste Acordo e de outras questões de transporte marítimo, em especial as relacionadas às atividades de empresas de transporte e navios das Partes, envolvidos em transporte marítimo entre os dois países, bem como a troca de informações entre as Autoridades Competentes. Caso a Comissão Marítima Mista não consiga chegar a um consenso em relação à interpretação da aplicação deste Acordo, essa divergência deverá ser resolvida pela via diplomática.
3. Por solicitação de qualquer das duas Partes, a Comissão Marítima Mista poderá reunir-se em data e local mutuamente acordados.
4. O pedido de consultas da uma Parte deverá ser respondido pela outra Parte em até trinta (30) dias, a contar da data do recebimento do pedido.

Artigo 8

Cooperação

As Partes prestarão, observada a disponibilidade orçamentária, toda a assistência possível ao desenvolvimento da navegação mercante entre seus países e abster-se-ão de qualquer ação que possa causar prejuízo ao desenvolvimento normal da livre navegação mercante internacional.

Artigo 9

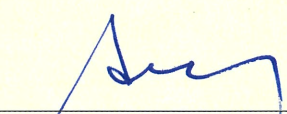
Entrada em vigor e emendas

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação de uma das Partes, comunicando o cumprimento de suas formalidades legais internas.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor durante cinco (5) anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de um (1) ano. Este Acordo poderá ser encerrado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, seis (6) meses após uma Parte apresentar notificação escrita à outra Parte, pela via diplomática, da sua intenção de denunciá-lo. A não ser que exista outro entendimento entre as duas Partes, o encerramento deste Acordo não deve afetar os programas específicos ou atividades sendo realizadas conforme estipulado neste Acordo.
3. Este Acordo poderá ser emendado por comum acordo das Partes. As emendas serão parte integrante deste Acordo e entrarão em vigor em conformidade com o procedimento legal previsto no parágrafo 1 deste Artigo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram este Acordo.

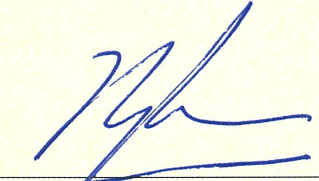
Feito em Hanói, Vietnã, no dia 11 de setembro de 2017, em dois (2) originais, nas línguas portuguesa, vietnamita e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Aloysio Nunes Ferreira Filho
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ



Trương Quang Nghĩa
Ministro dos Transportes

**AGREEMENT ON MARITIME TRANSPORT BETWEEN THE GOVERNMENT OF
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE
SOCIALIST REPUBLIC OF VIET NAM**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

the Government of the Socialist Republic of Viet Nam
(hereinafter referred to as the "Parties"),

Desiring to further develop the friendly relations between the two countries,

Acknowledging the mutual desire to strengthen as well as extend cooperation in the
field of maritime transport on the basis of the principles of equal access and mutual benefit,

Agree as follows:

Article 1
Definitions

For the purposes of this Agreement:

1. The term "vessel of a Party" means:
 - a) Any merchant vessel registered to fly national flag of either Party in accordance with its laws and regulations;
 - b) Any merchant vessel registered to fly national flag of a third country that is operated or chartered by a shipping company of either Party.
2. The term "vessel of a Party" shall not include the following vessels:
 - a) Warships (as defined in the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea);
 - b) Other vessels while under the exclusive service of the Armed Forces;
 - c) Public vessels and any vessels used for non-commercial purposes.
 - d) Vessels engaged in hydrographic, oceanographic or scientific field research;

- e) Fishing vessels;
- f) Recreational vessels;
- g) Vessels employed in pilotage, towage or maritime rescue; and
- h) Vessels with nuclear propulsion.

3. The term "chartered vessel" refers to any ship registered in a third country, in accordance with the laws of that country, flying the flag of that country or the flag of either Party, and operated by a natural person or legal person of a Party, in accordance with the laws of this Party.

4. The term "crew member" comprises the master and any person on the crew list who is in possession of valid identification, as stated in Article 4 of this Agreement, and who provides services on board the vessel related to its operation and maintenance.

5. The term "passenger" means a person carried by a vessel of either Party under a contract of carriage and whose name is included in the passenger list of such vessel.

6. The term "port of a Party" means any seaport in the territory of a Party that is declared open and approved for international shipping by that Party, in accordance with its laws.

7. The term "shipping company" of a Party means any company that complies with the following requirements:

- a) Being constituted in accordance with the domestic laws of a Party, with its registered office in that Party and engaging in international maritime transport;
- b) Engaging in international shipping service with its owned or operated vessels.

8. For the purposes of this Agreement, the competent maritime transportation authorities are:

- a) For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam, the Ministry of Transport or such other body that as the Government of the Socialist Republic of Viet Nam may designate;
- b) For the Government of the Federative Republic of Brazil, the National Waterway Transportation Agency (ANTAQ).

Article 2

Rights of either Parties' Vessels

1. The shipping of goods being traded between the Parties shall take place preferably on merchant vessels operated by maritime shipping companies of the Parties.

2. This preference shall be applied in such way that does not result in increased shipping rates or delay in the transportation of cargo, in order to not affect trade between the two countries.

3. The provisions of this Agreement shall not affect the right of vessels of third parties to engage in the transport of cargo between the ports of the two Parties.
4. The vessels of each Party have the right to transport cargo between the seaports of the two Parties that are open for international merchant shipping.
5. The provisions of this Agreement shall not apply to activities that, according to the internal legislation of the Parties, are reserved to their own companies.
6. The vessels of each Party have the right to call at the ports of the other Party, subject to advance notice requirements of such entry to the appropriate authorities of that Party and in accordance with applicable laws and regulations of that Party. However, nothing in this Agreement concerning port access shall be construed to prevent either Party from taking action necessary for the protection of its national security, safety, or environmental interests.
7. Each Party shall accord to vessels of the other Party, in its ports and territorial waters, treatment no less favourable than that it accords to national vessels engaged in international shipping, with regard to access to ports; to the use of ports for loading and unloading; to the use of services related to navigation and regular commercial procedures arising from it, without prejudice to the sovereign rights of each country to outline certain areas for reasons of national security.

In accordance with the applicable laws and regulations of each Party, the Parties reserve the right to deny entry to their territories to any individual, even if possessing the relevant documents, if he is deemed undesirable.

8. The provisions of paragraph 7 of this Article shall not apply:
 - a) to ports not open to foreign vessels;
 - b) to activities that, according to the laws of each country, are reserved to their own firms, companies or citizens, including in particular cabotage, salvage, towing and other port services;
 - c) to compulsory pilotage regulations for foreign vessels;
 - d) to regulations related to the collection of lighthouse fees;
 - e) to regulations regarding the admission and stay of foreigners in the territory of each Party.

Article 3

Vessel documentation

1. Certificates of nationality and tonnage of vessels issued by either Party, as well as other certificates provided for in the Conventions of the International Maritime Organization, shall be recognized by the other Party on the basis of national laws and regulations and relevant international conventions of which that Party is a member.
2. The vessels of each Party carrying duly issued International Tonnage Certificate in

accordance with the International Convention on Tonnage Measurement of Ships 1969 as amended shall be exempt from new measurement in ports of the other Party. However, in the case either Party has clear grounds to doubt the correctness of the International Tonnage Certificate, the Party shall inform the country whose flag the vessel is flying.

Article 4

Certificates of Competency and Identity Documents of Crew Members

1. Each Party shall recognize certificates of competency of crew members issued by the other Party's competent authority in accordance with the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers (STCW 1978, amended in 2010).
2. Each Party shall recognize the seafarers' identity documents issued by the competent authority of the other Party. These documents are:
 - a) For the Socialist Republic of Viet Nam: "Seaman Passport", "Seaman's Book" and/or "Passport"; and
 - b) For the Federative Republic of Brazil: "Seaman's Record Book" issued by the Directorate of Ports and Coasts (DPC) of the Brazilian Navy and/or "Passport".

Article 5

Immigration and Customs

1. The laws and regulations of a Party relating to entry, exit, customs issues, vessel security, immigration, passports, quarantine, and, in the case of mail, postal regulations, shall apply to vessels of the other Party; and to passengers, crew and cargo on board such vessels entering, within or leaving the territory of the first Party;
2. The Parties shall, within the limits of laws and regulations of each Party, take all necessary measures to facilitate and increase shipping, to prevent unnecessary delay of ships and to accelerate and simplify, as much as possible, the compliance of customs formalities and others formalities being enforced in ports.
3. A member of the crew of vessels of either Party in need of immediate medical care may enter and remain in the territory of the other Party for the period of time acceptable to the proper authorities of the other Party for immediate medical treatment provided such entry and sojourn are otherwise in compliance with the applicable laws and regulations of that Party.

Article 6

Assistance to Vessels in Distress

1. If a vessel of a Party is shipwrecked, stranded, beached or suffers any other damage in the internal waters or the territorial sea of the other Party, to the master, crew and passengers, as well as their vessel and its cargo, the same support and assistance shall be provided, at any time, as those that would be provided to vessels of the other Party.
2. The Party in whose territorial sea or internal waters the accident has taken place

shall take the appropriate steps, including as specified in applicable International Maritime Organization instruments, to conduct an investigation of the accident. The Parties agree to cooperate in the conduct of the investigation and to allow representatives of each Party to participate in the investigation in accordance with its relevant national laws. That Party shall promptly inform the other Party of the results of an investigation.

3. All cargo and property unloaded or salvaged by one Party from a vessel in distress of the other Party shall not be subject to the incidence of customs duties and other taxes levied on importation, provided that such cargo and property are not intended for consumption or use in the territory of the first Party.

4. All costs and charges related to emergency assistance or rescue shall be applied in accordance with the laws and regulations of each Party.

Article 7

Consultations

1. A Joint Maritime Committee shall be established, composed of representatives appointed by the Parties, in order to promote cooperation between the Parties in the field of merchant shipping and to reinforce the implementation of the Agreement through recommendations to the Parties.

2. The Joint Maritime Committee shall consider matters of common concern with respect to the interpretation and implementation of this Agreement and other maritime transportation issues, in particular those related to activities of shipping companies and vessels of the Parties involved in maritime transport between the two countries, and exchanges of information between the competent maritime transportation authorities. If the Joint Maritime Committee cannot reach any agreement relating to interpretation or application of this Agreement, this disagreement shall be settled through diplomatic channels.

3. At the request of either Party, the Joint Maritime Committee shall hold consultations on a date and at a venue agreed by the Parties.

4. A Party shall respond to a request for consultations from the other Party within thirty (30) days from the date of receipt of the request.

Article 8

Cooperation

The Parties shall provide, subject to available funds, all possible assistance to the development of merchant shipping between their countries and shall refrain from any action which might harm the normal development of free international merchant shipping.

Article 9

Entry into Force and Amendment

1. This Agreement shall enter into force thirty (30) days after an exchange of diplomatic notes confirming completion by the Parties of the internal procedures required for its entry into force.

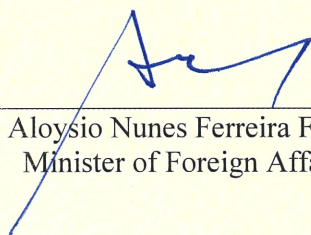
2. This Agreement shall remain in force for five (5) years and shall be renewed automatically for successive one (1) year periods. This Agreement may be terminated at any time by either Party upon six (6) months' written notice, through diplomatic channels, to the other Party. Unless there is another agreement between the two Parties, termination of this Agreement shall not affect to specific programs or activities being done in accordance with the content stipulated in this Agreement.

3. This Agreement may be amended by agreement between the Parties. The amendments are integral part of this Agreement and shall enter into force in accordance with the same legal procedure prescribed under Paragraph 1 of this Article.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized by their respective Governments, have signed this agreement.

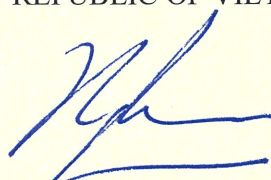
Done at Ha Noi, on 11 September 2017, in two (2) originals in Portuguese, Vietnamese and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergences, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL



Aloysio Nunes Ferreira Filho
Minister of Foreign Affairs

FOR THE GOVERNMENT OF THE
SOCIALIST REPUBLIC OF VIET NAM



Truong Quang Nghia
Minister of Transport

**HIỆP ĐỊNH VẬN TẢI BIỂN GIỮA
CHÍNH PHỦ NƯỚC CỘNG HÒA LIÊN BANG BRA-XIN VÀ
CHÍNH PHỦ NƯỚC CỘNG HÒA XÃ HỘI CHỦ NGHĨA VIỆT NAM**

CHÍNH PHỦ NƯỚC CỘNG HÒA LIÊN BANG BRA-XIN

và

CHÍNH PHỦ NƯỚC CỘNG HÒA XÃ HỘI CHỦ NGHĨA VIỆT NAM

(sau đây được gọi là “Các Bên”),

MONG MUỐN phát triển hơn nữa mối quan hệ hữu nghị giữa hai nước,
GHI NHẬN mong muốn của hai nước trong việc tăng cường và mở rộng hợp tác
trong lĩnh vực vận tải biển trên nguyên tắc bình đẳng cùng có lợi,
THỎA THUẬN như sau:

ĐIỀU 1

Các định nghĩa

Trong Hiệp định này:

1. Thuật ngữ “Tàu của mỗi Bên” được hiểu là:

- a) Bất kỳ tàu thương mại nào được đăng ký mang cờ quốc tịch của một Bên phù hợp với pháp luật và quy định của Bên đó.
- b) Bất kỳ tàu thương mại nào được đăng ký mang cờ quốc tịch của một nước thứ ba được một công ty vận tải biển của một trong các Bên khai thác hoặc thuê.

2. Thuật ngữ “Tàu của mỗi Bên” không bao gồm các tàu sau:

- a) Tàu chiến (như được định nghĩa tại Công ước của Liên hiệp quốc về Luật Biển 1982);
- b) Tàu khác thực hiện dịch vụ dành riêng cho lực lượng vũ trang;
- c) Tàu công vụ và bất kỳ tàu được sử dụng với các mục đích phi thương mại;
- d) Tàu tham gia nghiên cứu thủy văn học, hải dương học hoặc nghiên cứu lĩnh vực khoa học;
- e) Tàu cá;
- f) Tàu phục vụ cho các hoạt động nghỉ ngơi giải trí;

- g) Tàu sử dụng trong hoạt động hoa tiêu, lai dắt hoặc cứu nạn hàng hải; và
 - h) Tàu chạy bằng năng lượng hạt nhân.
3. Thuật ngữ “tàu thuê” là bất kỳ tàu nào đăng ký ở một nước thứ ba, phù hợp với luật của nước đó, treo cờ của quốc gia đó hoặc treo cờ của một trong hai Bên, và được khai thác bởi thể nhân hoặc pháp nhân của một Bên phù hợp với luật của Bên này.
 4. Thuật ngữ “thuyền viên” bao gồm thuyền trưởng và bất kỳ người nào trong danh sách thuyền bộ có giấy tờ tùy thân hợp lệ nêu tại Điều 4 của Hiệp định này, và được tuyển dụng làm việc trên tàu liên quan đến việc vận hành và bảo dưỡng tàu đó.
 5. Thuật ngữ “hành khách” được hiểu là người được vận chuyển trên tàu của một Bên trên cơ sở hợp đồng vận chuyển và người này có tên trong danh sách hành khách của tàu đó.
 6. Thuật ngữ “cảng của một Bên” được hiểu là bất kỳ cảng biển thuộc lãnh thổ của một Bên được Bên đó công bố mở và chấp thuận cho vận tải biển quốc tế phù hợp với luật của Bên đó.
 7. Thuật ngữ “công ty vận tải biển” của một Bên được hiểu là bất kỳ công ty nào phù hợp với các yêu cầu sau:
 - a. Được thành lập phù hợp với pháp luật quốc gia của một Bên, có văn phòng đăng ký ở Bên đó và tham gia vào hoạt động vận tải biển quốc tế;
 - b. Tham gia vào dịch vụ vận tải biển quốc tế bằng các tàu của công ty đó sở hữu hoặc khai thác.
 8. Cho các mục đích của Hiệp định này, các cơ quan vận tải biển có thẩm quyền là:
 - a. Đối với Chính phủ nước Cộng hòa xã hội chủ nghĩa Việt Nam là Bộ Giao thông vận tải hoặc cơ quan khác được Chính phủ nước Cộng hòa xã hội chủ nghĩa Việt Nam ủy quyền;
 - b. Đối với Chính phủ nước Cộng hòa Liên bang Bra-xin là Cơ quan Vận tải đường thủy quốc gia (ANTAQ).

ĐIỀU 2

Quyền của tàu biển mỗi Bên

1. Việc vận tải hàng hóa giao dịch giữa các Bên sẽ ưu tiên trên các tàu thương mại do các công ty vận tải biển của các Bên khai thác.
2. Việc ưu tiên này sẽ được áp dụng theo cách không làm tăng cước vận tải hoặc gây chậm trễ việc vận tải hàng hóa, để không làm ảnh hưởng đến thương mại giữa hai nước.

3. Các quy định của Hiệp định này sẽ không làm ảnh hưởng đến quyền của tàu của các Bên thứ ba tham gia vào vận tải hàng hóa giữa các cảng của hai Bên.
4. Tàu của mỗi Bên có quyền vận chuyển hàng hoá giữa các cảng của các Bên mở ra cho hoạt động vận tải biển thương mại quốc tế.
5. Các quy định của Hiệp định này sẽ không áp dụng cho các hoạt động mà theo luật pháp quốc gia của các Bên dành riêng cho các công ty của Bên đó.
6. Tàu của mỗi Bên có quyền đến cảng của Bên kia với điều kiện phải tuân theo các quy định về việc thông báo trước khi tàu đến cảng cho các cơ quan có thẩm quyền của Bên đó và phù hợp với luật pháp của Bên đó. Tuy nhiên, không điều khoản nào liên quan đến việc tiếp cận vào cảng của Hiệp định này có thể được hiểu là hạn chế các Bên áp dụng những biện pháp cần thiết để bảo vệ an ninh quốc gia, trật tự an toàn xã hội hoặc các lợi ích về môi trường của mình.
7. Mỗi Bên sẽ dành cho các tàu của Bên kia, trong vùng nước cảng và lãnh hải của mình, sự đối xử thuận lợi không kém hơn đối với các tàu quốc gia tham gia vận tải biển quốc tế của Bên đó trong việc tiếp cận cảng; sử dụng cảng để xếp dỡ hàng; sử dụng các dịch vụ liên quan đến hàng hải và các thủ tục thương mại thường lệ phát sinh, miễn không ảnh hưởng đến quyền chủ quyền của mỗi quốc gia trong việc xác định các khu vực nhất định vì các lý do an ninh quốc gia.

Phù luật và các quy định hiện hành của mỗi Bên, các Bên có quyền từ chối nhập cảnh vào lãnh thổ của họ đối với bất kỳ cá nhân, dù có mang các giấy tờ liên quan, nếu người này được cho là không phù hợp.
8. Các quy định tại Điểm 7 của Điều này sẽ không áp dụng đối với:
 - a) các cảng không mở cho các tàu nước ngoài;
 - b) các hoạt động mà theo luật của mỗi nước được dành cho các công ty hoặc công dân của nước đó, bao gồm vận tải nội địa, cứu hộ, lai dắt và các dịch vụ cảng khác;
 - c) các quy định hoa tiêu bắt buộc đối với các tàu nước ngoài;
 - d) các quy định liên quan đến việc thu phí đèn biển;
 - e) các quy định liên quan đến việc nhập cảnh và lưu trú của người nước ngoài trong lãnh thổ của mỗi Bên.

ĐIỀU 3

Tài liệu của tàu

1. Giấy chứng nhận quốc tịch và dung tích của tàu do mỗi Bên cấp cũng như các giấy chứng nhận khác được cấp theo các Công ước của Tổ chức Hàng hải

quốc tế sẽ được Bên kia công nhận trên cơ sở luật pháp quốc gia và các điều ước quốc tế liên quan mà Bên đó là thành viên.

2. Tàu của mỗi Bên mang Giấy chứng nhận dung tích quốc tế được cấp phù hợp với Công ước quốc tế về đo dung tích tàu 1969 sửa đổi sẽ được miễn đo lại dung tích tàu tại các cảng của Bên kia. Tuy vậy, trong trường hợp một Bên có cơ sở rõ ràng để nghi ngờ về sự chính xác của Giấy chứng nhận Dung tích quốc tế thì Bên đó sẽ thông báo cho quốc gia mà tàu mang cờ quốc tịch.

ĐIỀU 4

Chứng chỉ chuyên môn và giấy tờ tùy thân của thuyền viên

1. Mỗi Bên sẽ công nhận các chứng chỉ chuyên môn của thuyền viên do cơ quan có thẩm quyền của Bên kia cấp theo quy định của Công ước quốc tế về Các Tiêu chuẩn Đào tạo, Cấp chứng chỉ và Trục ca cho Thuyền viên (STCW 1978, sửa đổi 2010).
2. Mỗi Bên sẽ công nhận các giấy tờ tùy thân của thuyền viên do cơ quan có thẩm quyền của Bên kia cấp. Các giấy tờ này bao gồm:
 - (a) Đối với nước Cộng hòa xã hội chủ nghĩa Việt Nam: “Hộ chiếu thuyền viên”, “Sổ thuyền viên” và/hoặc “Hộ chiếu”; và
 - (b) Đối với nước Cộng hòa Liên bang Bra-xin: “Sổ nhật ký của thuyền viên” do Tổng cục Cảng biển và Bờ biển (DPC) của Hải quân Bra-xin và/hoặc “Hộ chiếu”.

ĐIỀU 5

Xuất nhập cảnh và hải quan

1. Luật và các quy định của một Bên liên quan đến việc đến cảng, rời cảng, các vấn đề về hải quan, an ninh tàu biển, xuất nhập cảnh, hộ chiếu, kiểm dịch và các quy định về thư tín trong trường hợp thư tín, sẽ áp dụng đối với tàu của Bên kia; và đối với hành khách, thuyền viên và hàng hóa trên tàu đó khi tàu đó đến, lưu lại hoặc rời lãnh thổ của Bên thứ nhất.
2. Các Bên, trong khuôn khổ luật pháp và quy định của mỗi Bên, sẽ tiến hành tất cả các biện pháp cần thiết để tạo thuận lợi và thúc đẩy vận tải biển, ngăn ngừa sự chậm trễ không cần thiết cho các tàu và thúc đẩy, đơn giản hóa tối đa có thể các thủ tục hải quan và các thủ tục hiện hành khác tại cảng.
3. Thành viên trong thủy thủ đoàn của tàu của mỗi Bên khi cần được điều trị y tế khẩn cấp có thể vào và lưu lại trên lãnh thổ của Bên kia trong thời hạn được cơ quan có thẩm quyền phù hợp của Bên kia cho phép để điều trị y tế khẩn cấp với điều kiện việc vào và lưu lại như vậy phù hợp với luật và quy định của Bên đó.

ĐIỀU 6

Trợ giúp tàu gặp nạn

1. Nếu tàu của một Bên bị đắm, mắc cạn hoặc chịu bất kỳ thiệt hại nào trong vùng nước nội thủy hoặc vùng lãnh hải của Bên kia thì vào bất kể thời gian nào Bên kia sẽ hỗ trợ và trợ giúp cho thuyền trưởng, thuyền viên và hành khách, cũng như tàu và hàng hóa của tàu đó tương tự như đối với tàu của Bên đó.
2. Trong trường hợp tai nạn xảy ra trong vùng lãnh hải hoặc nội thủy của một Bên, thì Bên đó phải thực hiện các biện pháp phù hợp, bao gồm các biện pháp được quy định tại các văn kiện hiện hành của Tổ chức Hàng hải Quốc tế để điều tra tai nạn. Phù hợp với pháp luật quốc gia có liên quan của mỗi Bên, các Bên đồng ý sẽ hợp tác trong việc tiến hành điều tra tai nạn và cho phép đại diện của mỗi Bên tham gia điều tra. Bên đó sẽ nhanh chóng thông báo cho Bên kia kết quả của việc điều tra.
3. Tất cả hàng hóa và tài sản được một Bên dỡ hoặc cứu hộ từ tàu bị nạn của Bên kia sẽ không phải chịu phí hải quan và các loại thuế khác đánh vào nhập khẩu miễn là hàng hóa và tài sản đó không được tiêu thụ hoặc sử dụng trên lãnh thổ của Bên thứ nhất.
4. Tất cả các chi phí liên quan đến việc trợ giúp hoặc cứu nạn khẩn cấp sẽ được áp dụng theo luật và quy định của mỗi Bên.

ĐIỀU 7

Tham vấn

1. Ủy ban hỗn hợp về hàng hải sẽ được thành lập, bao gồm đại diện được chỉ định của các Bên, nhằm thúc đẩy hợp tác giữa các Bên trong lĩnh vực vận tải biển thương mại và để tăng cường thực hiện Hiệp định thông qua việc đưa ra kiến nghị đối với các Bên.
2. Ủy ban hỗn hợp về hàng hải sẽ xem xét các vấn đề mà các Bên cùng quan tâm liên quan đến việc giải thích và thực hiện Hiệp định này và những vấn đề vận tải biển khác, đặc biệt là các vấn đề liên quan đến hoạt động của các công ty vận tải biển và tàu biển của các Bên tham gia vận tải biển giữa hai nước và trao đổi thông tin giữa các cơ quan có thẩm quyền về vận tải biển. Trong trường hợp Ủy ban hỗn hợp về hàng hải không đạt được bất kỳ sự thống nhất nào liên quan đến việc giải thích hoặc áp dụng Hiệp định này thì sẽ giải quyết thông qua các kênh ngoại giao.
3. Theo yêu cầu của mỗi Bên, Ủy ban hỗn hợp về hàng hải sẽ tổ chức tham vấn theo thời gian và địa điểm do các Bên thoả thuận.
4. Bên nhận được đề nghị tham vấn của Bên kia sẽ trả lời đề nghị trong vòng ba mươi (30) ngày kể từ ngày nhận được đề nghị.

ĐIỀU 8

Hợp tác

Trong phạm vi kinh phí cho phép, các Bên sẽ cung cấp tất cả sự hỗ trợ có thể để phát triển vận tải biển thương mại giữa hai Bên và sẽ kiềm chế bất cứ hành động nào có thể làm nguy hại đến sự phát triển bình thường của vận tải biển thương mại quốc tế tự do.

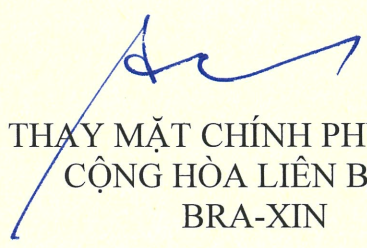
ĐIỀU 9

Hiệu lực thi hành và sửa đổi

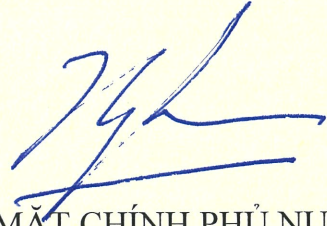
1. Hiệp định này có hiệu lực sau ba mươi (30) ngày kể từ ngày các Bên trao đổi công hàm ngoại giao, khẳng định đã hoàn tất các thủ tục nội bộ theo quy định để Hiệp định có hiệu lực.
2. Hiệp định này duy trì hiệu lực trong thời hạn năm (5) năm và tự động gia hạn trong từng giai đoạn một (01) năm tiếp theo. Hiệp định này có thể bị một Bên chấm dứt bất cứ lúc nào bằng cách gửi thông báo bằng văn bản qua đường ngoại giao cho bên kia trước sáu (06) tháng. Trừ khi có thỏa thuận khác giữa hai bên, việc chấm dứt hiệu lực của Hiệp định này sẽ không ảnh hưởng đến các chương trình hoặc hoạt động cụ thể mà đang được thực hiện phù hợp với những nội dung quy định tại Hiệp định này.
3. Hiệp định này có thể được sửa đổi theo thỏa thuận giữa các Bên. Các sửa đổi là một bộ phận không thể tách rời của Hiệp định này và có hiệu lực theo thủ tục quy định tại khoản 1 Điều này.

ĐỀ LÀM BẰNG, những người có tên dưới đây được sự uỷ quyền hợp thức của Chính phủ nước mình đã ký Hiệp định này.

HIỆP ĐỊNH NÀY ĐƯỢC LÀM tại Hà Nội ngày 11 tháng 9 năm 2017 thành hai bản gốc, bằng tiếng Việt, tiếng Bồ Đào Nha và tiếng Anh, tất cả các văn bản có giá trị pháp lý ngang nhau, trong trường hợp có sự giải thích khác nhau thì văn bản tiếng Anh sẽ được ưu tiên sử dụng.



THAY MẶT CHÍNH PHỦ NƯỚC
CỘNG HÒA LIÊN BANG
BRA-XIN



THAY MẶT CHÍNH PHỦ NƯỚC
CỘNG HÒA XÃ HỘI CHỦ NGHĨA
VIỆT NAM